

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 11.240, DE 2018

Dispõe do sistema de coleta seletiva nas escolas públicas e privadas.

Autora: Deputada MARIANA CARVALHO.

Relator: Deputado MAURÍCIO CARVALHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n.º 11.240, de 2018, da Deputada MARIANA CARVALHO, determina a instalação, em escolas públicas e privadas, de lixeiras separadas para cada tipo de resíduo e a promoção de palestras nessas instituições para a conscientização e educação de alunos sobre a importância da coleta seletiva de lixo.

A proposição sob exame encontra-se distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); e Educação (CE), para análise de mérito (art. 24, II, Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD)), e Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame de constitucionalidade e juridicidade (art. 54, RICD). Segue o regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD).

Na CMADS foi aprovada por unanimidade, nos termos do parecer do Deputado Carlos Gomes.

Encerrado o prazo regimental, foi apresentada pelo Deputado Luiz Flávio Gomes, com o objetivo de inserir o detalhamento dos detritos a serem separados na coleta (plásticos, vidros, papéis, metais e demais resíduos) e de determinar a realização nas escolas de palestras educacionais sobre a importância da coleta seletiva para o meio ambiente.

II - VOTO DO RELATOR



Esta proposta insere-se no âmbito de iniciativas de regulação do serviço de coleta de lixo nos municípios, ao impor a forma com que as lixeiras devem ser organizadas e classificadas nas dependências das instituições escolares de um município, e de educação ambiental, ao determinar que palestras sejam feitas aos alunos para ensiná-los a usar as lixeiras. Neste parecer não examinaremos o primeiro aspecto, presente tanto no projeto quanto na emenda apresentada, dado que é assunto de mérito da CMADS. Prosseguimos com os dispositivos relacionados à educação ambiental nas escolas.

A proposição e a emenda determinam a realização de palestras nas escolas sobre classificação e descarte do lixo em recipientes classificados por tipo de resíduo. A matéria é assunto de natureza curricular e, portanto, não é tema apropriado para legislação federal. Destacamos que se considera como parte do currículo todas as experiências de aprendizagem implementadas pelas instituições escolares e que deverão ser vivenciadas pelos estudantes. Por essa razão, a Emenda nº 1/2019 da Comissão de Educação é rejeitada.

Ainda sobre o assunto, a análise de proposições que buscam regular de alguma forma o currículo escolar é objeto da Súmula nº 01, de 2021, desta Comissão de Educação, segundo a qual “o Parecer do Relator sobre um PL que trate de assunto curricular, em qualquer nível ou modalidade de ensino, deverá concluir pela rejeição da proposta”. Conforme esclarece a Súmula mencionada, “de fato, a definição de diretrizes curriculares do ensino fundamental e médio está, por lei, conferida à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e ao Ministério da Educação (art. 9º, § 1º, alínea c, da Lei n.º 4.024, de 1961, com a redação dada pela Lei n.º 9.131, de 1995).”

Acrescente-se que a educação ambiental é regulamentada por meio da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que inclusive institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa Lei federal se atém a diretrizes gerais, princípios e objetivos que devem governar a educação ambiental. Nas diretrizes gerais estabelecidas, encontramos que as instituições educativas devem promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem, sem entrar nos pormenores de como deveria ser feita, respeitando-se a autonomia dos sistemas e estabelecimentos de ensino.



Dentre os princípios definidos na Lei nº 9.795/1999 está o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade. No capítulo sobre a educação ambiental no ensino formal, há dispositivo específico determinando que a educação ambiental será desenvolvida como prática educativa integrada e que não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Feitas essas considerações, para que não se perca a oportuna ideia relacionada à educação para a coleta seletiva, no âmbito desta proposição, que é de natureza multidisciplinar, cujo mérito foi aprovado por unanimidade na CMADS, sugerimos, como ajuste para sua aprovação, a apresentação de emenda que **transfere para a Lei nº 9.795/1999, como possibilidade e não obrigatoriedade**, na educação ambiental formal, a prática pedagógica do descarte seletivo do lixo.

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei n.º 11.240, de 2018, de autoria da Sra. Mariana Carvalho, com a emenda anexa, e pela rejeição da Emenda nº 1/2019, apresentada na Comissão de Educação.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2023.

Deputado MAURÍCIO CARVALHO
Relator



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 11.240, DE 2018

Dispõe do sistema de coleta seletiva nas escolas públicas e privadas.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 3º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 3º Acrescente-se ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, o seguinte parágrafo:

“§ 4º O descarte seletivo de lixo é prática educativa que poderá ser ensinada e incentivada no ensino formal.” (NR)”

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2023.

Deputado MAURÍCIO CARVALHO
Relator

